

ECONOMIA SOLIDÁRIA :

Um 'CAMPO DE COEXISTÊNCIA ANTAGÔNICA' entre 'modos de produção'

Claudio Nascimento

1) Introdução

A reflexão sobre a Economia Solidaria a partir do olhar de Redes Solidarias , nos obriga a buscar uma teoria do processo social que esteja ancorada em uma abordagem dialética que responda a complexidade do tema Redes solidarias.

Nesse sentido, a sociologia de Pierre BOURDIEU ,como "Teoria geral da economia dos campos" , articulando as determinações materiais e simbólicas , numa

complexa relação de interdependência , nos fornece um corpo conceitual possível de responder aos desafios postos pela economia solidaria.

A reflexão em torno do "Projeto Redes Solidarias" , nos permitiu elaborar, através da ideia de "Trocas materiais e simbólicas" , um campo conceitual que nos permite uma análise a altura da complexidade da Ecosol no Brasil.

2-Concepção de Redes:

Milton Santos analisou "A geografia das redes".Definiu duas grandes matrizes:

- 1) Uma que leva em conta apenas a realidade material.Toda infraestrutura,transporte,matéria,energia,informação,território.
- 2) Outra em que também é levado em conta o dado social."A rede é também sociale política,pelas pessoas,mensagens,valores que a frequentam".

Já com Pierre Bourdieu, encontramos uma concepção , que pode incorporar as 2 matrizes traçadas por M.Santos ,e que aprofunda a análise.Ao analisar os "empreendimentos dos campos" político-

cultural e econômico,nos diz que:"Esses campos são o lugar da coexistência antagônica de dois modos de produção e de circulação que obedecem à logicas inversas".

-Em um polo, a “economia ‘anti-econômica’ da arte pura que, baseada no reconhecimento indispensável dos valores de desinteresse e na denegação da ‘economia’ (do comercial) e do lucro ‘econômico’ (a curto prazo), privilegia a produção e suas exigências específicas;

-Em outro polo, a lógica ‘econômica’ das indústrias literárias e artísticas que, fazendo do comércio dos bens culturais um comércio como os outros, conferem prioridade a difusão, ao sucesso imediato e temporário.

Mas, se o campo cultural constitui um ‘mundo econômico ao contrário’, a lógica da economia mercantil não está ausente dele. Por isso, a ideia de ‘coexistência antagônica’ dos dois modos de produção-circulação.

São dois Modos de Produção (capitalista e pré-capitalista) interdependentes mas com lógicas diferentes.

Estas ideias de Bourdieu podem nos ajudar a entender o campo da economia solidária, sobretudo a complexidade da construção das REDES, como cooperação de trocas materiais (um polo) e trocas simbólicas (outro polo).

Material e simbólico fazem parte de cada campo, tal qual a ‘lógica não-econômica’ e a ‘lógica mercantil’. Nesse sentido, a economia solidária é composta por vários campos de economia, uma pluralidade de economias como vimos nas ‘trocas materiais’. Cada uma tem uma lógica e interesses próprios, mas formam uma Totalidade.

A integração de EES em Redes Solidárias implica articular estes dois Polos, as questões de ordem econômica e as questões de ordem político e cultural.

As redes são formas de articulação dos empreendimentos econômicos solidários que apesar de possuírem forte vínculo familiar, territorial e comunitário, ultrapassam essa dimensão ao se articularem regionalmente e reunirem diferentes setores da produção, comercialização e consumo. O aspecto econômico é uma característica relevante das redes, pois num primeiro nível elas estão ligadas à segmentos econômicos específicos, mas há muitos casos de redes que articulam diferentes segmentos econômicos em seu interior e conectam diversos elos de cadeias produtivas.

As redes estão em constante formação e sua experiência é um aprendizado permanente de construção de novas relações humanas baseadas no compartilhamento e na solidariedade. A

cultura organizacional das redes de empreendimentos econômicos solidários representa uma prática política transformadora, reveladora da forma de organização autogestionária própria dos empreendimentos, mas vivenciada em uma escala mais ampla, de expansão ilimitada, com estrutura descentralizada. As redes revelam outra forma de convívio político, não baseada na representação, mas nos diferentes focos de participação e responsabilização compartilhada. O exercício de aprofundamento democrático próprio das redes ocorre ao integrar mobilização social com organização política.

Já vimos que , na reflexão sobre os” presupostos das trocas materiais” ,“ a economia solidaria não se restringia unicamente à gestão econômica, financeira e operacional das unidades produtivas, ou seja:

“As experiências de redes de cooperação ultrapassavam ações restritas às unidades produtivas para articular o espaço político no território de atuação, preservação da expressão cultural das comunidades, construção coletiva de novos conhecimentos técnicos e a transmissão dos seus “saberes” entre gerações.”

Desse espaço das redes faz parte “a política” , como o lugar da ação simbólica. Nesse sentido, o campo temático do Projeto Redes, que corresponde às ‘trocas simbólicas’ é composto por :

Formação Social , análise de Conjuntura, Estado e Espaço Público, Políticas Públicas e controle social , construção de Hegemonia, Território e Territorialidades, Autogestão territorial, Comunidade e Poder Popular .

O “ Mapa Visual” ANEXO, é resultado da articulação deste temas em um Campo Cognitivo.

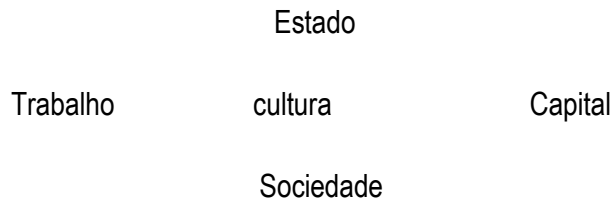
2- Os presuposto teóricos à cooperação de Redes nos processos políticos para garantir transmissão das trocas simbolicas

Para traçar os presupostos do Eixos estratégicos políticos , ou de “trocas simbolicas” , vamos decompor nosso “Mapa Cognitivo” , nos seguintes eixos temáticos:

- A - Formação Social , “ Revolução Passiva”.
- B - Estado , Espaço Público e Hegemonia .
- C - Território , Redes, autogestão territorial (poder popular comunal) .

Formação social (revolução passiva).

A Ecosol é definida como uma 'estratégia de desenvolvimento', um outro tipo de desenvolvimento, muito além do aspecto de crescimento econômico que caracteriza o projeto dominante no capitalismo, sobretudo, o de corte neo-liberal. Para nós, 'desenvolvimento' significa um processo de construção de uma 'contra-Hegemonia', que articula o 'metabolismo social' da seguinte forma:



É uma Totalidade em movimento e que condensa temporalidades e territórios múltiplos. Analisar seu processo histórico demanda ver passado-presente-futuro. Isso implica, análise da Formação socio-histórica da sociedade em questão. Por isso, nosso Campo Cognitivo é iniciado pela Formação social.

Vamos partir do diagnóstico que foi realizado no campo da economia solidária, visando a 3ª CONAES. É o nosso referencial político para abordagem das questões que vamos tratar no campo das trocas simbólicas. Diz respeito à visão da Formação social do Brasil, das questões de caráter estrutural, e seu impacto no Campo da ecosol.

O Texto de Referência da 3ª CONAES (novembro 2014) define os limites estruturais da política no Brasil: "o contexto brasileiro não se caracteriza por transformações profundas em seu modelo econômico como aquelas promovidas por processos revolucionários (com suas várias denominações que estão ocorrendo em vários países da América Latina). No entanto, o país tem adotado medidas bastante diversas da agenda liberal e conservadora, que possibilitaram maior inclusão social, aumento da massa salarial, incremento do mercado interno, etc".

Desse modo, a ausência de reformas estruturais de base dificultam essa expansão, e, a persistência da desigualdade na sociedade brasileira é um fator limitador de caráter estratégico." (3ª CONAES)

Esse diagnóstico vai além de uma leitura de conjuntura, momento histórico, implica uma visão do nosso passado histórico, da permanência de elementos estruturantes do país. Por isso, vamos traçar alguns elementos determinantes da nossa Formação histórico-social que explicam essa

conjuntura do Brasil. E, para tal, utilizaremos conceitos do campo de ideias de A.GRAMSCI. No caso, o conceito de 'revolução passiva para abordar o que o Documento-CONAES aponta como " processos revolucionário (com suas varias denominações)".Vamos ,assim, nominar esses processos e ,sobretudo,o que vivemos no Brasil, como um processo de 'longa duração' marcado pela 'revolução passiva'.

"Revolução passiva" é um processo que expressa a ausencia de iniciativas populares unitarias e que se organiza atraves da reação das elites dominantes às tentativas de mudanças dos setores populares. É um tipo de "revolução sem revolução",as lutas politicas e sociais são resolvidas sem "rupturas radicais";a mudança radical,cede espaço à uma progressiva modificação da relação de forças.Restaura-se o equilibrio pre-existente,com o "velho"sendo incorporado e certas demandas do "novo"sendo satisfeitas.Como os processos de mudança não foram radicais,o passado prolonga-se sob varias formas nas novas instituições.

Falar do Brasil é falar da terra de 'revolução-sem-revolução' e de uma construção historico-nacional sempre bloqueada e interrompida .

Estes elementos estruturais marcaram presença e condicionaram a transição democratica pós Ditadura Militar e estão presentes na Conjuntura atual .

A dinamica conciliadora da transição,sua falta de empuxo para promover rupturas com legado historico-estrutural da ditadura civico-militar, fez com que o 'velho' condicionasse o 'novo',reproduzindo alguns dos mais problematicos traços da vida politica e administrativa nacional e bloqueando a afirmação de uma reforma mais abrangente do Estado, e ,nessa perspectiva, de um aprofundamento das políticas da economia Solidaria.

Nessa perspectiva histórica , a Carta de 1988 avançou no terreno das liberdades civis e dos direitos sociais,mas não no terreno propriamente politico-institucional.

O problema do lugar do Estado era a questão central deixada sem solução,sobretudo num quadro de globalização.Na Conjuntura atual , a falta das Reformas Estruturais bloqueiam a real democratização do pais.

Passemos ao campo temático sobre o Estado e Hegemonia.

3) Estado, Espaço Publico ,Hegemonia:

Conceito de Estado: parte do Estado é o Governo, o poder executivo,mas não é o conjunto do Estado.Outra parte é o Parlamento (Senado e Camara),o poder legislativo.As Forças Armadas, com seus tribunais, prisões.O sistema escolar em todos os níveis.A gestão e uso dos recursos públicos.Mas, também, crenças,ideias,símbolos,etc.

Enfim, no Campo do poder estatal, há elementos materiais e elementos simbólicos.Em sentido restrito,o Estado é também instituições,é a 'dimensão material do Estado', a 'maquina do Estado".E, por outro lado, há a 'dimensão ideal do Estado": ideias,concepções,saberes, senso comum,etc.O Estado é um aparato social,territorial e de produção material e simbólica.

São, então,3 dimensões do Estado: 1)estrutura material; 2)estrutura simbólica; 3)O Estado é uma correlação de forças (lutas internas)e, é um monopólio da força,recursos,leis,etc.

Nesse sentido, o Estado como correlação de forças, é o campo político em que se travam as lutas , em relação com a Sociedade civil, campo de disputas de poder , de construção de contra-hegemonias. Assim: " As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses" (Bourdieu."O Poder Simbólico".pag. 8)

ESPAÇO PUBLICO

A articular da democracia e da cidadania ocorre através da constituição de espaços públicos de ação e deliberação políticas.a esfera pública é o espaço em que os cidadãos interagem por meio da fala e da persuasão,descobrem suas identidades individuais e decidem através da deliberação coletiva sobre temas de interesse comum.Esta esfera pública só pode ser constituída se participarmos de um mundo comum de coisas criadas pelo Homem,instituições,territorialidades, que nos separam da natureza.

A constituição de espaços públicos de ação e discurso político depende da existência de um mundo comum e da criação de numerosas esferas em que indivíduos podem descobrir suas identidades e estabelecer relações de reciprocidade e solidariedade.

O espaço público difere do privado e não é idêntico à terra ou à natureza. □ É prática humana, produção de mãos humanas.

□ Nesse sentido, define a capacidade das instituições e produtos humanos de durar através do tempo e tornar-se a herança comum às gerações sucessivas, que o homem transcende sua existência. A construção de um mundo comum estável que permite ao ser humano lembrar e antecipar.

A Esfera das políticas públicas:

Em um projeto de democratização, as políticas sociais devem ser financiadas pelo Estado, pois, têm uma dimensão pública. Mas a gestão das políticas sociais não é feita apenas pelo Estado, pela burocracia estatal, de cima para baixo. Deve ser implementada por setores da sociedade civil, de baixo para cima.

As políticas de saúde/educação/transportes/moradias/etc, poderiam ser geridas pelos seus executores diretos (médicos e demais profissionais da área da saúde) e, sobretudo, pelos usuários. Há uma questão de princípio: a criação de mecanismos de gestão coletiva, de baixo para cima, mecanismos públicos mas não necessariamente burocrático-estatais, campos incentivadores do aumento da participação popular nas tomadas de decisões e na execução das políticas.

Assim, teremos a esfera pública não-estatal, o espaço público democrático. Este é o verdadeiro termômetro para averiguar um processo efetivo de democratização do Estado.

Esfera pública x Esfera mercantil:

No sistema do capital, sobretudo, nessa etapa de globalização neoliberal, até bens como a água se tornam mercadorias. Assim, a esfera hegemônica no neoliberalismo é a esfera mercantil.

Emir Sader dialetiza a questão: “ Mas, **o polo que se opõe ao Capital não é o Estado.** O Estado não define, por si só, sua natureza, porque pode ser um Estado socialista, de bem-estar-social, fascista, liberal ou neoliberal. É um espaço de disputa sobre suas determinações. No neoliberalismo é um Estado mercantilizado, financeirizado, que arrecada recursos no setor produtivo e os transfere, em grande medida, para o capital financeiro através do pagamento das dívidas. Ou pode ser um Estado refundado por

governos que buscam superar o neoliberalismo, constituindo novas estruturas de poder.

O Estado é, assim, um **espaço de disputas. Uma correlação de forças.**

O pólo oposto à esfera mercantil é a esfera pública, aquela constituída em torno dos direitos, da universalização deles, o que necessita de um profundo e extenso processo de desmercantilização das relações sociais. Democratizar significa desmercantilizar, tirar da esfera do mercado para transferir para a esfera pública os direitos essenciais à cidadania, substituir o consumidor pelo cidadão. Sendo assim, **superar o neoliberalismo requer a refundação do Estado em torno da esfera pública**, incorporando-lhe espaços como o do orçamento participativo, que representa a colocação de decisões fundamentais nas mãos da cidadania organizada “. (Emir Sader)

HEGEMONIA=

A ideia de hegemonia pode ser referida a varias situações: hegemonia econômica, militar, política, cultural. Vamos utilizar o termo em relação a trocas simbolicas, ao tema da consciência e ao tema cultural-etico.

Nesse sentido, hegemonia é o contrario da imposição pela força, não pode ser confundida com dominação, essa pode ocorrer pela força ,com ditaduras, ou por consenso, em regimes democráticos liberais. Hegemonia é processo de longa duração, e pode ocorrer retrocessos em sua trajetória, é luta permanente.

Uma classe social hegemônica , organiza um ‘bloco sócio-político’ marcado por contradições internas, governa por consenso e tem a direção cultural da sociedade.

A construção de uma contra-hegemonia popular implica articular trocas materiais e trocas simbólicas, empoderamento no campo econômico e no campo político-cultural, na Sociedade e no Estado.

Um dos maiores desafios na construção de uma Hegemonia é desenvolver uma “direção moral-intelectual” ;nesse ponto, torna-se fundamental o papel da Educação, popular e formal, tanto no campo das trocas materiais (formação técnico-economica) quanto no campo das trocas simbólicas(político e ético-cultural).

A construção de uma hegemonia implica desenvolver ,ao mesmo tempo mas com pesos distintos, as trocas materiais e as trocas simbólicas.

É na Sociedade civil (campo do poder e disputa de hegemonia)

em que se constroi uma analise critica por meio da luta de hegemonias politicas, para se chegar a uma elaboraçãõ superior do Projeto Politico .A constituiçãõ deste Projeto passa do momento economico-corporativo, fechado em si mesmo,à consciencia de 'solidariedade'de interesses entre os sujeitos de um grupo social,no inicio no campo puramente economico, até atingir a consciencia de que os proprios interesses devem "superar o circulo corporativo e podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados.

Por se formar no campo amplo e plural da sociedade ,a disputa hegemonica implica um longo periodo de lutas,até que um grupo conquiste ,no conjunto da sociedade,a hegemonia politica,etica e cultural.

O peso do elemento "economico-corporativo" toma carater estratégico negativo ao torna-se um grande obstaculo à formaçãõ de uma hegemonia moral/intelectual do campo democratico-popular.Sua preponderancia indica a o dominio de interesses imediatos, de trocas apenas materiais, e é indicativa de uma situaçãõ de carencia dos elementos da superestrutura (consciencia,cultura,politica,hegemonia),das trocas simbólicas ,correspondente ao dominio de uma situaçãõ estrutural restrita,incapaz de expandir-se de consensos passivos para consensos ativos e democraticos.

C) Territorio , Redes solidarias, autogestãõ territorial .

Milton Santos definiu o conceito de território socialmente construído. O território não apenas uma base material de 'recursos naturais', mas, sobretudo, a base com relação à produção humana numa dimensão ampla, com cooperação, conflito, solidariedade, de subordinação. Portanto, território de trocas matérias e trocas simbólicas.

Um território construído historicamente na ocupação do espaço e na relação com o ecossistema, com o simbólico e imaginário dos seus povos, comunidades, pessoas.

Santos chama a atenção para se entender o território como o "território usado, não o território em si". Este uso no chão de vida e trabalho cria a identidade. "A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida". (2002, p.10).

O territorio articula as trocas materiais e as simbólicas.Os agentes sociais ao se

apropriarem de um espaço físico ou geográfico de forma concreta com trabalho, ou de outras formas materiais como através da produção, e também de forma abstrata pela representação e significado simbólico, pela ação política e cultural, criam “territorialidades”, “espaços públicos”, “territorializam” o espaço.

A economia constrói territórios pela ação transformadora pela economia solidária com o trabalho associado, seus valores e maneiras e jeitos de produzir, distribuir e consumir, de relacionar-se com o seu ambiente natural e construído.

A construção de territórios pode ser feita por movimentos sociais grupos e pelo grande capital. Esse modelo tem provocado a desterritorialização das populações com perdas humanas, da cultura das comunidades e seus saberes e da biodiversidade.

O grande capital constrói seu território do ponto de vista da localização mais apropriada em termos de menor custo, acesso a insumos, proximidades de mercados e logística de distribuição, principalmente. E trata esse território de forma isolada e seletiva. A relação territorial para o grande capital é de ocupação do espaço para extrair o maior lucro possível, numa visão utilitarista e de subordinação.

Um território pode ser construído no espaço rural e no urbano e podem existir inúmeros territórios de acordo com as relações sociais que ali se estabelecem e se reconhecem em bairros, favelas, municípios e pode existir um território ou vários territórios. No caso da economia solidária, em muitos casos, eles estão se formando em torno de moedas sociais, das redes de mulheres produtoras, entre outras.

A territorialização é dinâmica e encontramos diferentes tipos sobrepostos nos mesmos espaços geográficos (formas distintas que coexistem).

Na economia solidária a organização em redes tem crescido e vão se expandindo do local para outras áreas e espaços, até as redes internacionais .

Qual a relação das redes com o território? Como se dá essa construção? Qual o papel da rede?

REDES E TERRITÓRIOS

A rede se inscreve sobre o território de acordo com seus pontos de acesso pensando suas articulações e ligações com grupos, realizando intercâmbios, a comunicação entre outras.

As redes são animadas por fluxos de informação e comunicação. É possível que as redes contribuam para que os territórios formem sistemas.

O território e as diferentes territorialidades (governamentais, étnicas, entre outras) se apresentam como um novo desafio. É preciso que os homens e mulheres que integram e fazem a Economia Solidária constituam espaços públicos de debate em cada território, protagonizado pelas redes que lá estão para disseminar a economia solidária como nova estratégia de desenvolvimento sustentável com bem viver e de superação da pobreza, do patriarcalismo, do racismo, da homofobia e das desigualdades de gênero entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida e que atentemos para a situação de violência generalizada sobre as juventudes e a criminalização dos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, o território e as territorialidades são “Espaços dos Possíveis”, plenos de “mundo de possibilidades”, de “utopias concretas”.

A Ecosol, enquanto movimento sócio político de “novo tipo” (campo de coexistência antagonica de trocas materiais e trocas simbólicas), porta uma contradição fundamental: na longa conjuntura iniciada com o Governo Lula (2003), em que atingiu o campo governamental (Senaes) e mesmo estatal (CNES), não desenvolveu de forma plena as suas virtualidades autogestionarias, que lhe permitisse de forma estratégica superar a contradição entre o papel corporativo-pragmático vigente e o papel estratégico-hegemonico potencial.

O campo das Redes Solidárias define um campo de nível estratégico, de “experimentações de possíveis”:

Em uma perspectiva histórica de longo prazo, as Redes representarão um estágio político-econômico e cultural de nível superior no processo de construção da política da ecosol. Serão um instrumento fundamental na construção de uma contra hegemonia com base em um poder popular, em conjunto com outras forças da sociedade brasileira. Por suas características próprias, portam a possibilidade de um antagonismo em relação ao metabolismo do Capital, ao introduzir o componente do Trabalho Associado. E, acumulando forças para compor na estratégia de desenvolvimento do país o espaço da Propriedade Social, trazendo uma nova Institucionalidade aos Mundos do Trabalho.

Mas, em curto e médio prazo, as Redes significam a possibilidade de quebrar a fragmentação dos EES, tanto no plano da Produção quanto da

Comercialização, permitindo aos EES e as Cadeias produtivas consolidarem sua força econômica na sociedade. E, também, criando maiores possibilidades para formação político-técnica da ecosol.

As experiências históricas, guardando a especificidade de cada país, demonstram que a construção de uma contra-hegemonia, nas sociedades da América Latina, só se dá na medida em que conseguem construir um sujeito político plural, múltiplo, a partir de sua diversidade étnica e cultural.

Em síntese, na perspectiva emancipatória a construção do Poder Popular nas Comunidades, significa:

Processo através do qual os locais de vida (trabalho, lazer, moradia, etc.) das classes populares se transformem em órgãos coletivos, constituintes de um poder social alternativo e emancipatório que permita avançar na construção e consolidação de um campo contra-hegemônico. “É, portanto, um espaço de antecipação, prefiguração de uma nova ordem social, política, econômica e cultural.

A construção do poder popular implica uma transformação radical do Estado que articule a ampliação e o aprofundamento das instituições da Democracia Representativa e das Liberdades Democráticas, conquistas das lutas, com a construção de formas de Democracia Direta na base e também de formas de Autogestão.

Sem dúvidas, estas possibilidades e potenciais da Ecosol, depende dos EES com uma dinâmica democrática com base na autogestão e articulados em Redes solidárias integradas.

O caráter (ainda) parcial, fragmentado e descontínuo das Políticas Públicas da ecosol (com 16 anos de governo), traz consequências estratégicas para as políticas da ecosol, tais como: Produção, comercialização, finanças, educação e assessoria técnica.

Na ausência de mudanças de caráter estrutural na formação social brasileira, que rompam com o processo de longa duração da ‘revolução passiva’, determinante da dialética do desenvolvimento capitalista e da luta de classes no Brasil, a ecosol não terá condições de desenvolver PLENAMENTE SUA PERSPECTIVA AUTOGESTIONÁRIA, suas possibilidades emancipatórias, que apontam enquanto tendências e latências, para um novo modo de produção.

BIBLIOGRAFIA:

-Santos, Milton: “A Natureza do Espaço”. HUCITEC. São Paulo. 1996

- Bourdieu,Pierre: “O Poder simbólico”.Edições 70.Lisboa.2011
- “ ” : “ O mercado dos bens simbólicos”. Em, “ As regras da arte”.Cia das Letras.São Paulo.2005
- Sader,Emir: “A nova topeira”.Boitempo.São Paulo.2009
- Nascimento,Claudio: “O labirinto gramsciano”.Em,’www.claudioautogestao.com.br”.
- CFES . “Território, Redes e educação em economia solidaria”.(Alzira Medeiros,José I.Konzen).Digit.2015.
- SENAES: Documento para 3ª CONAES. Brasilia. 2014.

ANEXO:

-“Mapa Visual” , Estado e Hegemonia.

